



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

KAREN EDUARDA CARVALHO DA SILVA

**AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: estudo sobre os desafios no processo
de aprendizagem do ensino da geografia**

Recife
2022

KAREN EDUARDA CARVALHO DA SILVA

**AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: estudo sobre os desafios no processo
de aprendizagem no ensino da geografia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Licenciatura em Geografia da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Geografia

Orientadora: Tícia Cassiany Ferro Cavalcante

Recife
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Karen Eduarda Carvalho da.

Autismo e Inclusão Escolar: estudo sobre os desafios no processo de aprendizagem no ensino da geografia / Karen Eduarda Carvalho da Silva. - Recife, 2022.

36 : il.

Orientador(a): Ticia Cassiany Ferro Cavalcante

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2022.

1. Ensino da geografia. 2. Autismo. 3. Inclusão. 4. Pedagogia. 5. Psicologia.
I. Cavalcante, Ticia Cassiany Ferro . (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

KAREN EDUARDA CARVALHO DA SILVA

**AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: estudo sobre os desafios no processo de
aprendizagem no ensino da geografia**

Aprovado em: 04/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Tícia Cassiany Ferro Cavalcante

Orientadora – Universidade Federal de Pernambuco



Documento assinado digitalmente
PRISCYLLA KAROLINE DE MENEZES
Data: 19/12/2022 21:58:42-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof.^a Dr.^a Priscylla Karoline de Menezes

Examinador interno – Universidade Federal de Pernambuco



Documento assinado digitalmente
RAFAELLA ASFORA SIQUEIRA CAMPOS LIMA
Data: 16/01/2023 10:47:35-0300
Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof.^a Dr.^a Rafaella Asfora Siqueira Campos Lima

Examinador interno – Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A este trabalho de conclusão de curso dedico a minha mãe Danielle Carvalho dos Santos, minha irmã Carolina Jéssica Carvalho da Silva e a minha bisavó Maria Eufrasia dos Santos pelo apoio durante a minha jornada acadêmica, é por vocês que lutei para chegar onde estou. Aos meus amigos de graduação que estiveram comigo durante esses quatro anos saibam que vocês são muito especiais e a minha gratidão ao Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia, a Universidade Federal de Pernambuco e todo o corpo docente do Departamento de Geografia pelas vivências e experiências que foram de extrema importância para a minha formação como professora e também como pessoa. Agradeço imensamente a minha querida Profa. Dra. Tícia Cassiany Ferro Cavalcante por ter aceitado ser a minha orientadora e por contribuir na construção desse projeto tão importante para a minha formação profissional de uma forma atenciosa e prestativa. À Escola Ubaldino Figueirôa obrigada a todas as professoras, alunos e coordenadoras por toda atenção durante a minha pesquisa em campo. Aprendi que nessa profissão, devemos atuar com amor, pois sem isso nada fará sentido. Hoje agradeço aos meus professores do curso de preparatório para o vestibular que plantaram boas sementes em meu caminho e que germinaram, me ajudando a ser o que sou hoje. A caminhada apenas começou. Muitas sementes ainda estão e serão plantadas. Por fim, agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida por me dar forças para não desistir do meu sonho e proteção para enfrentar as dificuldades que ocorreram pelo caminho.

A vocês o meu muito obrigada!

RESUMO

O referido trabalho tem como tema a inclusão no ensino de Geografia para alunos com o Transtorno do Espectro Autista. O processo de inclusão escolar requer inúmeras mudanças que vão desde os planos teórico e prático, até o ideológico. Essa questão nos faz refletir sobre uma geografia inclusiva, em que é possível pensar na formação cidadã capaz de promover espaços igualitários. Considerando essa perspectiva, este trabalho teve como objetivo investigar qual o papel do professor no processo de inclusão de um estudante com TEA na disciplina de Geografia que está matriculado na rede pública de ensino. Para realização, foi feito um levantamento bibliográfico a partir de estudos da temática elaborados por Cunha (2016), Praça (2011), Hans Asperger (1944), entre outros autores, além de observações das práticas pedagógicas em uma escola e entrevistas semiestruturadas com a coordenadora pedagógica e com a professora da turma de quinto ano de uma escola da rede municipal de ensino fundamental que atende alunos com TEA, localizada no município de Jaboatão dos Guararapes - PE no bairro de Candeias. Constatou-se como resultado das análises que os professores utilizam de metodologias ativas, criação de projetos para promover a inclusão e a abordagem concreta de temas da Geografia em seu processo de ensino-aprendizagem. Durante a investigação foi identificado também as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação em oferecer recursos pedagógicos inclusivos.

Palavras - Chave: TEA; ensino de geografia; educação inclusiva; ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This work has as its theme the inclusion in the teaching of Geography for students with Autistic Spectrum Disorder. The process of school inclusion requires numerous changes ranging from the theoretical and practical plans, to the ideological. This issue makes us reflect on an inclusive geography, in which it is possible to think about citizen training capable of promoting egalitarian spaces. Considering this perspective, this work aimed to investigate the role of the teacher in the process of including a student with ASD in the Geography discipline who is enrolled in the public school system. To accomplish this, a bibliographical survey was carried out based on studies of the theme prepared by Cunha (2016), Praça (2011), Hans Asperger (1944), among other authors, in addition to observations of pedagogical practices in a school and semi-structured interviews with the pedagogical coordinator and the teacher of the fifth grade class of a municipal elementary school that serves students with ASD, located in the municipality of Jaboatão dos Guararapes - PE in the neighborhood of Candeias. It was found, as a result of the analysis that teachers use active methodologies, the creation of projects to promote inclusion and concrete approach to Geography themes in their teaching-learning process. During the investigation, the difficulties faced by education professionals in offering inclusive pedagogical resources were also identified.

Keywords: TEA; geography teaching; inclusive education; teaching-learning.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABA *Applied Behavior Analysis* – Análise do Comportamento Aplicada

AEE Atendimento Educacional Especializado

AVD's Atividades de Vida Diária

CIPTEA Carteira de Identificao da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LIBRAS Língua Brasileira de Sinais

NEE Necessidades Educativas Especiais

ONU Organizao das Nao Unidas

OMS Organizao Mundial de Saúde

SEM Salas de Recursos Multifuncionais

SUS Sistema nico de Saúde

TDAH Transtorno Déficit de Ateno com Hiperatividade

TEA Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	9
2	CAPÍTULO I – BREVE LEVANTAMENTO TEÓRICO SOBRE O AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR	13
2.1	As primeiras investigações sobre o autismo no século XX	13
2.2	Autismo e o processo de inclusão no ensino e aprendizagem	14
3	CAPÍTULO II – A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA AUTISTA ATRAVÉS DAS NORMAS LEGAIS	16
3.1	Iniciativas para inclusão a partir da criação de lei e de políticas públicas	16
4	CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO PROCESSO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA	20
4.1	Análise da prática pedagógica para alunos autistas em escola pública	20
4.2	Estudo sobre a prática pedagógica para alunos autistas no ensino regular da rede de escola pública	22
5	METODOLOGIA	23
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
6.1	Do ensino da geografia e práticas metodológicas voltadas para o ensino inclusivo	27
6.2	Formação específica dos professores	29
6.3	Desafios estruturais internos, metodológicos e pedagógicos da instituição	30
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O autismo é uma desordem neuro desenvolvimental que compromete a capacidade de interação e comunicação com outras pessoas devido aos déficits sociocomunicativos e comportamentais (AUTISM, 2017; EDITION et al, 2013). Segundo Campelo et al (2009), as pessoas com autismo podem apresentar dificuldades para se relacionar e interagir com outras pessoas, atraso na linguagem e alguns outros problemas linguísticos, como inversão pronominal e ecolalia, bem como obsessão por atividades restritas e manutenção de rotinas.

Teodoro, Godinho e Hachimine (2016) estimam que em 2016 existiam cerca de 2 milhões de crianças autistas no Brasil e, embora haja legislação que garanta a inclusão, há escolas que só as inserem, sem se preocupar com o seu aprendizado e desenvolvimento. Como o autismo ocorre em um espectro, nenhuma pessoa autista é exatamente igual à outra, o que significa que diferentes adequações são necessárias de acordo com cada caso (MELLO et al, 2013 apud TEODORO; GODINHO; HACHIMINE, 2016)

A educação inclusiva é definida por Karagiannis, Stainback e Stainback (1999) como a prática de incluir todos, não importando o quão diferente os indivíduos sejam, em salas de aula, onde suas necessidades sejam satisfeitas e respeitadas. Para esses autores, a educação inclusiva beneficia estudantes, professores e toda a sociedade: os alunos se certificam da educação inclusiva, pois ganham confiança para viver em comunidade; os professores melhoram suas habilidades de ensino; e a sociedade civil coloca a igualdade social em prática.

É de extrema necessidade garantir a educação sem exclusão. O aluno com necessidades educacionais específicas é um dos maiores desafios da escola e principalmente da equipe pedagógica, que tem um papel fundamental na garantia de uma educação de qualidade, sem discriminação de qualquer natureza, respeitando-o na sua individualidade de modo que a instituição de ensino seja um local acolhedor. Pensando na geografia dentro da inclusão escolar como conhecimento necessário para a sociedade e para educação, esse trabalho aborda o estudo sobre o autismo e a inclusão desses estudantes durante o processo de aprendizagem e de ensino da disciplina de geografia.

De acordo com Cunha (2016), o desafio na educação requer que haja a compreensão de como ocorrem às relações sociais, didáticas e metodológicas da criança

autista a partir da educação infantil, analisando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e histórico-cultural e a influência familiar.

Segundo Praça (2011), a escola deve se comprometer a fazer adaptações para atender às necessidades de seus alunos. Essas questões podem ocorrer no nível físico, tal como a estrutura da escola, e também no nível pedagógico, como na formação de professores. A escola também precisaria estabelecer um bom relacionamento com a família dos alunos com autismo e estratégias de acompanhamento do processo de ensino para maximizar o sucesso do processo inclusivo.

Partindo desse contexto, o presente trabalho possibilita o estudo sobre o autismo, inclusão escolar e os desafios durante o processo de aprendizagem do ensino da geografia. Dessa forma, a escolha pelo tema se deve pelo fato de visualizarmos a problemática inserida na história da educação inclusiva, pois percebemos que a garantia de direitos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988 não está sendo efetivada, como também a sociedade civil não está atualizada sobre o assunto. Por esse motivo buscamos compreender como vem ocorrendo a inclusão deste grupo nas escolas regulares, tendo em vista que existe cada vez mais o acesso e permanência dos estudantes com deficiência em ensino fundamental anos finais e ensino médio, como também é visto a necessidade de uma formação inicial e continuada do educador para trabalhar com os estudantes com deficiência.

A justificativa pelo assunto se deve ao fato do interesse pelo estudo da educação inclusiva e de ter como meta alcançar maior conhecimento na área de geografia com ênfase em uma atuação pelo ensino inclusivo para alunos autistas e compreender o desenvolvimento da relação de ensino e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o seu processo de inclusão na escola. Dessa forma, lançamos a seguinte questão: como ocorre o processo de ensino/aprendizagem da disciplina de Geografia para alunos autistas em uma escola inclusiva?

Diante do exposto, propõe-se como objetivo central: Investigar qual o papel do professor no processo de inclusão de um estudante com TEA na disciplina de Geografia que está matriculado na rede pública de ensino.

Dentro dessa mesma perspectiva, são considerados os objetivos específicos deste trabalho, as seguintes questões:

- Analisar o papel da geografia no contexto de inclusão no ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA;

- Verificar quais são os desafios durante o processo pedagógico na visão do professor;

Para alcançar os objetivos propostos acima, buscou-se realizar, através de pesquisas bibliográficas, buscas de estudos acerca dos temas relacionados à inclusão escolar, autismo, geografia e o processo de ensino e aprendizagem, tendo como base nas obras e considerações de autores sobre o assunto. Nessa direção, Cunha (2016), em suas análises, afirma que o autismo pode surgir desde os primeiros meses de vida; temos também o médico e pesquisador Hans Asperger (1944) que contribuiu para as primeiras descobertas do diagnóstico para o Transtorno do Espectro Autista (TEA), no qual engloba condições neurológicas caracterizadas por um menor ou maior dificuldade nas habilidades de comunicação e linguagem. Lorna Wing e Judith Gould (1979), Riviéri (1995) foram de extrema importância para os estudos sobre como entender o comportamento do autista em sala de aula, dentre outros pesquisadores que contribuíram para a fundamentação teórica desta pesquisa.

Partindo da realidade de que o educador enfrenta muitas dificuldades para incluir um estudante com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola. Foi possível através da contribuição deste estudo prever ao final do trabalho a solução sobre como pode ser possível encontrar as dificuldades que os professores possuem, que em geral, estão relacionadas com a formação profissional escassa sobre conhecimentos sobre o autismo e de como lidar com um educando que possua necessidades específicas, falta de estrutura das escolas regulares que, em muitos casos, não estão preparadas para receber esse público. Sendo assim, esse problema pode ser resolvido quando a escola oferece profissionais e uma equipe de funcionários capacitados, infraestrutura e recursos pedagógicos estratégicos, a educação inclusiva estará preparada para se realizar dentro da instituição de ensino (Cunha, 2016)

A monografia está estruturada em três capítulos, sendo desenvolvido no capítulo I uma pesquisa bibliográfica sobre o histórico que marcou os estudos sobre o autismo, importante para a fundamentação teórica do trabalho. No capítulo II foi aprofundado o levantamento da pesquisa sobre a Legislação no que se refere ao direito dos autistas. Adiante, no capítulo III foi realizado o estudo sobre a importância do ensino da geografia de uma forma inclusiva. Na seção de metodologia foram apresentados os recursos utilizados para construção da investigação do trabalho e logo após temos os resultados e

discussões dos materiais coletados. Na penúltima seção foram escritas as considerações finais deste trabalho e por fim foi incluído as referências bibliográficas.

2 CAPÍTULO I – BREVE LEVANTAMENTO TEÓRICO SOBRE O AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR

2.1 As primeiras investigações sobre o autismo no século XX

Nesta primeira seção verifica-se o estudo bibliográfico sobre o autismo de uma forma mais aprofundada no que se insere no contexto de uma investigação sobre o início da descoberta da existência até aos mais recentes estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os primeiros estudos TEA ocorreram no início do século XX, por meio do psiquiatra austríaco Eugen Bleuler. O adjetivo autismo foi introduzido pelo psiquiatra Plouller, no ano de 1906 ao estudar comportamentos de isolamento e dificuldades na capacidade de expressão verbal associadas à demência precoce e quadro de esquizofrenias (CAMARGO. 2005).

De acordo com a Fundação José Egydio Setúbal (2020), em 1943

“O psiquiatra Leo Kanner publica a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, descrevendo 11 casos de crianças com “um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação da mesmice”. Ele usou o termo “autismo infantil precoce”, pois os sintomas já eram evidentes na primeira infância, e observou que essas crianças apresentavam [...]” (FUNDAÇÃO JOSÉ EGYDIO SETÚBAL, 2020, p. 01)

comportamentos que não são comuns para a idade dos indivíduos escolhidos para o estudo. Em 1944, o autor

“Hans Asperger escreve o artigo “A psicopatia autista na infância”, destacando a ocorrência preferencial em meninos, com apresentam falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, conversação unilateral, foco intenso e movimentos descoordenados.” (FUNDAÇÃO JOSÉ EGYDIO SETÚBAL, 2020, p. 01)

Somente no ano de 1980, Asperger foi reconhecido como um pioneiro na descoberta sobre o autismo. A psiquiatra Lorna Wing contribuiu com o conceito de autismo como um espectro e o termo Síndrome de Asperger, em referência à Hans Asperger (1906- 1980). “Seu trabalho revolucionou a forma como o autismo era considerado, e sua influência foi sentida em todo o mundo” (FUNDAÇÃO JOSÉ EGYDIO SETÚBAL, 2020, p. 01) Ela defendeu a luta por melhores condições de atendimento a pessoas com TEA. Fundou a *National Autistic Society*, juntamente com Judith Gould e Lorna Wing (1979).

Segundo Braga (2018), no início da década de 1960, a comunidade científica que se dedicava ao estudo do autismo, previa a possibilidade para a descoberta do autismo

como um transtorno de origem biológica, ou seja, um transtorno de funcionamento cerebral, presente desde o nascimento. O autismo também seria encontrado em todos os países, grupos étnico-raciais e classes sociais.

Conclui-se que é importante considerar que os sintomas do autismo, afetam as pessoas em diferentes graus de severidade. Essa afirmativa é justificada por Riviéri (1995), pois segundo o autor “existem importantes diferenças – relacionadas ao QI, ao nível linguístico e simbólico, ao temperamento, a gravidade dos sintomas – entre uns e outros autistas”. (p. 272). Atualmente, é utilizado o termo níveis de suporte sendo eles representados por estágio 1,2,3 devido a contribuição da autora Lorna Wing que trouxe a investigação sobre o autismo de uma forma mais humanizada.

2.2 Autismo e o processo de inclusão no ensino e aprendizagem

Consoante as questões levantadas anteriormente, o autismo se manifesta de forma e nível de suporte diferente de indivíduo para indivíduo. Desta forma, tais singularidades devem ser cuidadosamente consideradas no processo de ensino-aprendizagem, pois nos momentos de aprendizagem, o autista pode apresentar ou não maior facilidade se comparado a outros autistas, bem como a qualquer outra criança.

Segundo a autora Bosa (2006) é preciso dar uma atenção especial quando se trata da educação psicossocial para autistas. Sendo assim, é possível respeitar o processo através de quatro fases norteadoras abaixo:

- 1) estimular o desenvolvimento social e comunicativo; 2) aprimorar o aprendizado e a capacidade de solucionar problemas; 3) diminuir comportamentos que interferem com o aprendizado e com o acesso as oportunidades de experiências do cotidiano; e 4) ajudar as famílias a lidarem com o autismo. (BOSA, 2006, p.48).

De acordo com os estudos realizados pela autora Mantoan (2003, pág.19) constata-se que:

a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. (MANTOAN, 2003, p. 19)

A partir desse contexto é possível discutir que o percurso para oferecer a educação inclusiva não é uma tarefa fácil. Mantoan (2003) demonstra, em suas análises, que para se fazer inclusão é necessário a ressignificação das estruturas e das atitudes, e isto provoca

uma crise em todos os atores envolvidos: seja no âmbito da gestão escolar, em sala de aula, o aluno e a família.

Para Tenente (2017, p. 11), “a educação precisa evidenciar que é necessário haver uma dedicação por parte dos docentes com relação aos alunos especiais por uma razão de cidadania e humanidade”. Além disso, deve-se ter em mente que a preparação é algo contínuo, pois as necessidades educacionais, físicas e intelectuais, são variadas e cada ser apresenta sua particularidade. Então, estar sempre estudando e buscando novas formas de educar os alunos é importante para a efetivação do processo inclusivo nas escolas.

Mercadante e Rosário (2009) afirmam que não existe uma metodologia única e formal para ensinar essas crianças. Então, conforme mencionado por Matos (2014), as estratégias utilizadas pelo professor dependerão do perfil do aluno.

Por se tratar de um espectro, o autismo manifesta-se em vários níveis de suporte e cada autista apresenta diferentes peculiaridades, e o que pode funcionar para um, pode não funcionar para o outro (FILHO; CUNHA, 2010). Sendo assim, é importante durante o processo pedagógico conhecer as habilidades e as dificuldades de cada aluno para poder melhor trabalhá-las em sala de aula.

3 CAPÍTULO II – A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA AUTISTA ATRAVÉS DAS NORMAS LEGAIS

Nesta segunda seção desta pesquisa é apresentado que existem Leis no Brasil que se mostram a favor da inclusão e pelo respeito às pessoas com autismo em nosso país.

3.1 Iniciativas para inclusão a partir da criação de lei e de políticas públicas

A Constituição Federal, em seu art. 3º, inciso V, define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm como objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988)

Destaca -se que a Constituição Federal vem em um período de redemocratização do país quando cuidou de restabelecer o Estado Democrático de Direito. "Quando a Constituição Federal trata dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, menciona a "cidadania" e "a dignidade da pessoa humana". Esses vetores serão de utilização obrigatória para a análise da situação desse grupo vulnerável, denominado pessoas com deficiência".

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sob a lei nº 8069, de 1990, dispõe de forma geral sobre a proteção integral da criança e do adolescente. Em seu Art. 9, essa lei assegura o tratamento especializado às pessoas com deficiência por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS). Assim como no que se refere à Educação inserido no Art. 54, inc. III, garante ao indivíduo que possui algum tipo de deficiência, sendo ele criança ou adolescente, o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

No ano de 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU)

[...] instituiu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo para chamar atenção da população em geral para importância de conhecer e tratar o transtorno, que afeta cerca de 70 milhões de pessoas no mundo todo, segundo a Organização Mundial de Saúde. Em 2018, o 2 de abril passa a fazer parte do calendário brasileiro oficial como Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo. (FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ EGYDIO SETÚBAL, 2020, p. 01)

Entre o período de 1988 – 2022 foram criadas leis importantes que contribuíram de forma bastante positiva para a inclusão das pessoas autistas na sociedade brasileira. Em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.145/15) cria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que legisla sobre a importância do aumento à proteção à pessoa com necessidade específicas e define o indivíduo com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”. O Estatuto é um símbolo importante na defesa da igualdade de direitos da

pessoa com deficiência, no combate à discriminação e na regulamentação da acessibilidade e do atendimento prioritário.

Faz-se também necessário salientar a importância do capítulo IV do Direito à Educação Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

De acordo com Oliveira (2015), foi criada a primeira política pública para as pessoas com TEA, fruto de lutas e movimentos sociais, de pais e PcD. Um grande avanço, já que orienta que essas pessoas tenham atendimento multidisciplinar e não mais em serviços de saúde mental (Capsi). A “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” (BRASIL, 2012) além de reconhecer a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como “pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012, § 2º), produz incidências em diversos campos, como na esfera assistencial, político/gestora, científico/acadêmica e educacional/pedagógica, bem como no campo dos direitos básicos.

Em 2020 “entra em vigor a Lei 13.977, conhecida como Lei Romeo Mion. O texto cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), emitida de forma gratuita, sob responsabilidade de estados e municípios”. (FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ EGYDIO SETÚBAL, 2020) A carteira é reconhecida como um documento que pode substituir o atestado médico garantindo a acessibilidade às pessoas autistas e dos direitos previstos na Lei Berenice Piana.

Atualmente, em 2022

A nova versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, a CID 11, segue o que foi proposto no DSM-V, e passa a adotar a nomenclatura Transtorno do Espectro do Autismo para englobar todos os diagnósticos anteriormente classificados como Transtorno Global do Desenvolvimento. (FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ EGYDIO SETÚBAL, 2020, p.01)

Portanto, conclui-se que por meio das evidências relatadas acima foi possível identificar que o indivíduo autista é amparado por todo o instrumento legal de acordo com a legislação brasileira em proteção aos cidadãos, uma vez que é considerado para todos os efeitos como pessoa com deficiência, porém quando nos referimos especificamente ao autismo, à legislação é bem recente. Sancionada em 2012, a Lei nº 12.764, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), estabelecendo as diretrizes para sua consecução.

Para efeitos desta lei, são considerados de pessoa autista, de acordo com o Art n° 1, inc. I e II aqueles indivíduos que apresentem: I – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II – padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (Art. 1º, inc. I e II, Lei n° 12.764/12).

São diretrizes da Política Nacional de proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista: I – a intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; II – a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; III – a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes; V – o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); VI – a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações; VII – o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; VIII – o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País. (Art. 2º, inc. I a VIII, Lei n° 12.764/12)

Em seu Art. 3º, a Lei n° 12.764/12, estabelece os direitos da pessoa portadora do Transtorno do espectro Autista, conforme segue: I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no

diagnóstico e no tratamento; IV – o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos. § 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

Sendo assim, por meio da investigação bibliográfica apresentada acima é possível verificar que existe uma legislação inclusiva, mas que na prática ainda existem obstáculos a serem enfrentados pelos autistas, pela educação justa, igualitária e pela formação continuada dos profissionais de educação. Pensar no ensino e no lugar da geografia como parte dela existe uma grande responsabilidade para entender os processos econômicos, políticos, culturais e sociais vigentes que buscam lhes definir, por meio de legislações, currículos, materiais pedagógicos, profissionalização do magistério e estrutura das escolas. Para essa realidade torna-se efetiva, faz-se necessário ter sabedoria sobre o sistema educacional de inclusão para reivindicar sobre os direitos à pessoa com autismo e assim garantir a permanência dos estudantes autistas na escola de ensino regular.

4 CAPÍTULO III – A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO NO PROCESSO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

Nesta seção será apresentada a importância da inclusão do ensino da disciplina de geografia para alunos autistas e suas estratégias para alcançar a melhor forma de construir os conteúdos dessa ciência extremamente importante para todas as pessoas

4.1 Análise do ensino inclusivo para alunos autistas em escola pública

Segundo o autor Moraes (1993), a geografia teve destaque a partir do seu nascimento e tem a sua consolidação relacionada ao tempo, a fatos do cotidiano como viagens, descrições de lugares, levantamento de dados entre outros. Como disciplina escolar, a inserção do ensino da Geografia teve início no final do século XIX na Europa, paralela ao processo de expansão da escolarização pública.

Na construção do desenvolvimento de ensino e aprendizagem, o professor tem papel fundamental nesse processo e não deve repassar apenas o conhecimento pronto, mas deverá ser um estimulador/mediador do saber e utilizar da dinâmica de um pesquisador contribuindo para o desenvolvimento da educação. Segundo Melo e Sampaio (2007):

O professor de Geografia em sala de aula tem como função potencializar seus estudantes, utilizando todas as formas diversas de expressões para atingi-los. É preciso entender como esses alunos pensam e se sentem em relação à escola e ao espaço em que vivem (MELO; SAMPAIO, 2007, p.128)

Dessa forma, é necessário saber que antes de incluir o estudante com TEA o educador precisa aprender que uma pessoa autista possui limitações cognitivas, de comportamento e de convivência em grupo e que será preciso realizar a construção de um ensino geográfico que se adapte a essas questões, sendo assim, através de conteúdos inclusivos, como o uso de imagens, pinturas e atividades que desenvolva a melhoria do ensino e aprendizagem do aluno será possível alcançar a inclusão escolar.

Sobre o que se refere a temática de educação inclusiva, temos um histórico de desafios no Brasil. Durante muito tempo, pessoas com deficiência intelectual tiveram dificuldades de acesso à escola regular comum com estrutura que oferece acolhimento para autistas. Atualmente, esse cenário passou por mudanças positivas. O Brasil inseriu oficialmente a Educação Inclusiva na Constituição Federal de 1988 e também na Política de Educação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), determinando que pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) seriam incluídas em escolas de Ensino Regular.

Ademais, Ribeiro e Machado (2016) diziam que o geógrafo Eliseé Reclus

transmitia em sua fala preocupação pelos marginalizados da sociedade e por isso seguia como pensamento a geografia social e sobre a escolarização do ensino da geografia para pessoas com TEA, dessa forma foram realizadas as primeiras discussões sobre a cidade e a inclusão.

O ensino da geografia nas escolas deixou de ser apenas o estudo da terra e hoje amplia-se para um estudo social entre as relações do homem com a natureza. Andrade (2013, p.6) conceitua a geografia escolar como “conjunto de práticas pedagógicas utilizadas e desenvolvidas por professores da educação básica no exercício da função.”

A metodologia de ensino inclusiva voltada para a geografia deve buscar segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação entender e fornecer subsídio capaz de integrar a diversidade de indivíduos que compõem a sociedade, bem como as suas variadas diferenças. Essas práticas inclusivas devem estar atreladas ao ensino regular comum, incluindo de fato todos os indivíduos sem ver distinções, pois “[...] a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais específicas desses alunos.” (BRASIL, 2009)

De acordo com Pontuschka et al (2007), ao falar do espaço educacional e das transições que perpassa o ensino aprendizagem da Geografia diz que é preciso pensar nas concepções e práticas baseadas nos princípios da disciplinaridade, transversalidade e interdisciplinaridade da Geografia com as demais ciências na ruptura de metodologias tradicionais que minimizam o conhecimento.

Para Castellar e Vilhena (2010, p.19), “ensinar Geografia significa possibilitar ao aluno raciocinar geograficamente o espaço terrestre em diferentes escalas, numa dimensão cultural, econômica, ambiental e social, além de permitir ao aluno perceber a imagem gráfica da superfície da terra de forma criteriosa.”

Partindo por um olhar de uma futura professora de geografia, observando as descrições acima sobre a educação inclusiva é possível identificar o quanto o papel do educador, como também da instituição de ensino é importante para o desenvolvimento cognitivo do aluno autista, desse modo construir um conhecimento geográfico composto por uma metodologia estratégica para os estudantes com necessidades específicas.

4.2 Estudo sobre a prática pedagógica para alunos autistas no ensino regular da rede de escola pública

Costa (2020) ressalta a importância da adequação de práticas pedagógicas que podem ser realizadas entre o professor e o aluno com TEA, ou entre o aluno e os demais membros da classe. Podemos salientar que a formação dos professores para trabalhar com

alunos autistas se faz necessário para melhor conduzir o ensino-aprendizagem do aluno. A comunidade escolar deve estar preparada para receber esses alunos, podendo lhe conferir o melhor acolhimento possível, além de fazer com que a aprendizagem possa ser realmente efetivada.

O autor nos apresenta em seus estudos que é preciso reconhecer que, nos últimos anos, o Brasil tem progredido no que diz respeito ao ensino especializado de crianças com deficiência, especificamente, alunos autistas. Tivemos o surgimento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O objetivo da sala é prover condições de acesso e participação na aprendizagem no ensino regular. O que é notório é perceber que, na maioria das vezes, as famílias também necessitam de apoio e de esclarecimentos acerca do transtorno, para poder, então, auxiliar essas crianças a possuir um futuro melhor e com maiores oportunidades e perspectivas (COSTA, 2020).

Giardinetto (2005), afirma que até as décadas recentes, os debates sobre a educação para alunos autistas eram realizados no contexto da educação especial, desta forma surgiram muitos programas educacionais para o ensino, visando desenvolver as habilidades e reduzir ou amenizar as dificuldades apresentadas. Esses programas geralmente desenvolvidos por institutos e centros de pesquisa têm como objetivo “incluir a criança em ambientes de ensino regular oferecendo oportunidades de interações sociais com pares sem autismo”. (GIARDINETTO, 2005, p.9)

Segundo o último resumo técnico do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) de 2012, com as diversas políticas públicas e legislação vigente no país que priorizam a inclusão do aluno com deficiência na rede regular de ensino, os quais incluem os alunos autistas; constata-se um aumento de 9,1% no número de matrículas na modalidade de ensino educação especial, que passou de 752.305 matrículas em 2011 para 820.433 no referido ano.

Segundo (GOLDBERG, 2005). Existe uma falta de orientação aos professores por parte dos órgãos competentes da educação. Na medida em que o aluno é visto somente sob sua deficiência, a crença na sua educação e possibilidades de desenvolvimento estará associada à impossibilidade de permanência deste sujeito em espaços, como no caso do ensino comum.

5 METODOLOGIA

O presente estudo foi formulado a partir de uma pesquisa bibliográfica e análise preliminar sobre o tema da pesquisa. Foi escolhido desenvolver uma metodologia, visando o caráter do tema abordado e as necessidades impostas pelo mesmo. A presente monografia utilizou-se do método descritivo qualitativo.

A natureza do trabalho possui como fundamento o que os autores Vieira e Zouain (2005) afirmam que o tipo de pesquisa escolhido atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, é mister consignar que a metodologia adotada preza pela descrição detalhada dos elementos que envolvem o problema discutido durante a monografia.

Buscamos realizar a investigação do conteúdo estudado de maneira prática por meio da observação em sala de aula e através das entrevistas a professora de geografia e a coordenadora geral da Escola Municipal Ubaldino Figueiroa localizada no município de Jaboatão dos Guararapes

Mediante visitas à escola escolhida, foi possível realizar observações diretas com o objetivo de direcionar os questionamentos a professora e a coordenadora pedagógica, bem como captar informações variadas e relacioná-las ao objetivo do trabalho. Tais concepções estão presentes na entrevista semiestruturada, onde foi possível obter material fundamental para a realização deste projeto. O tipo de entrevista mencionado se caracteriza por ter algumas perguntas lançadas e ao mesmo tempo deixar espaço aberto para o entrevistado expor questões que lhes sejam significativas (TRIVIÑOS, 1987).

De início, na primeira etapa da pesquisa, selecionamos a escola específica em que aconteceria nossa pesquisa. A segunda fase da pesquisa foi caracterizada pela realização das entrevistas semiestruturadas, essas com a professora de geografia da turma do quinto ano que possui na turma dois alunos autistas e com a coordenadora da instituição. A entrevista com a coordenadora geral visou conhecer a escola e coletar dados Institucionais e de funcionamento, assim como dados quantitativos do corpo profissional, alunos atendidos e a metodologia de ensino.

A entrevista semi estruturada com a professora regente buscou ter uma visão geral das atividades que esta profissional exerce: seus relatos, anseios e expectativas. Foi abordado questões sobre a formação profissional; sua experiência com educação inclusiva e educação para alunos autistas, tempo de serviço na instituição assistida; conhecimento sobre o autismo antes e após trabalhar com alunos autistas e questões sobre o ensino de Geografia para alunos autistas.

Com esse instrumento de coleta de dados, foi possível compreender, na ótica dos educadores, como está ocorrendo a inclusão dos alunos com TEA na escola regular de

ensino público e como tem sido enfrentado os desafios em transmitir o ensino de geografia em sala de aula. Dessa maneira, trabalhamos na perspectiva do profissional da educação enquanto agente transformador: como tem sido o desafio ao lidar com a inclusão escolar dos estudantes autistas e a importância da geografia nesse processo.

A análise de dados foi realizada a partir da Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2011, p.15), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e conteúdos) extremamente diversificados sendo possível atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum.

Nessa perspectiva, foi aplicado a referida metodologia para interpretar as respostas das entrevistadas, que irá nos ajudar a compreender os dados e entender a realidade do campo de investigação. Entre as estratégias de tratamento dos dados, temos: a preparação das informações, unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, categorização ou classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação.

Para compreender melhor a concepção desta pesquisa é preciso categorizar os principais elementos que fundamentaram o desenvolvimento da mesma. Assim, escolhemos para a análise as seguintes categorias teóricas: ensino da geografia e práticas metodológicas voltadas para o ensino inclusivo, formação específica dos professores, desafios estruturais internos da instituição.

A análise categórica de conteúdo nos permite classificar os temas que mais se destacaram na análise realizada a partir das entrevistas, conforme o que se segue.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal Ubaldino Figueiroa, inserida no bairro de Candeias – Jaboatão dos Guararapes/ PE Rua Hermano de Barros e Silva, 1133 Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE CEP: 54430-080. Essa instituição de ensino foi escolhida para a pesquisa, tendo em vista que atualmente é reconhecida como referência em educação inclusiva, dando assistência a mais de 50 alunos com diversos tipos de deficiências, síndromes e transtornos, sendo 60% de estudantes identificados com o Transtorno do Espectro Autista, oferecendo-lhes a inclusão e o desenvolvimento de maior autonomia. Outro motivo que contribuiu para a escolha dessa escola como instrumento para coleta de dados foi a disponibilidade da gestão e dos professores em contribuir com trabalhos dessa natureza.

Desenvolvendo suas atividades em aulas no período da manhã e no turno da tarde, com 28 turmas de ensino infantil até os anos finais do ensino fundamental, a estrutura da escola possui 1 turma disciplinar, 14 salas, Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). A SRM, segundo Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, é o espaço destinado à realização de Atendimento Educacional Especializado (AEE), materiais didáticos, com mobiliário, recursos pedagógicos e acessibilidade, equipamentos específicos e professor com formação adequada para realizar o atendimento

Sendo administrada por uma Diretora Geral, uma Coordenadora Pedagógica e 2 Secretárias Escolares. O corpo docente é composto no total de 29 professores, divididos em professores regentes, hora atividade (H/A), 24 professores de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dois professores da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A escola possui um total de 530 alunos matriculados, sendo que destes, 33 estudantes com deficiência comprovada por meio de laudo, dentre os casos estão crianças com Deficiência Auditiva, Transtorno Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista (TEA), que foi o objetivo do nosso estudo.

Especificamente a Sala de Recursos Multiprofissionais (Figura 01) é um ambiente pequeno, que acomoda estudantes que possuem a necessidade do atendimento; são assistidos no período da manhã e no período da tarde. O atendimento especializado acontece após as aulas. O aluno tem o direito de ter uma assistência de 50 minutos na sala de recursos onde é trabalhado questões emocionais, leitura, escrita e atividades que desenvolvem a psicomotricidade.

Pode-se encontrar nas salas de recursos multiprofissionais: ar condicionado; um armário grande, para guardar materiais, jogos, livros; uma lousa branca; 01 mesa em

comum com quatro cadeiras, um relógio de ponteiros e alguns outros recursos pedagógicos e computadores.



Imagem 01 – Sala de atendimento especializado
Fonte: A autora, 2022



Imagem 02 – Sala de recursos multifuncionais
Fonte: Carvalho, 2022



Imagem 03 – Entrada acesso principal da escola
Fonte: Carvalho, 2022

Agora em diante será iniciada a segunda fase da análise. Iremos fazer a análise de conteúdo de forma interpretativa a partir do que foi coletado durante as entrevistas. Sendo assim, as entrevistadas receberam o código de (E1) e (E2). Dessa forma, foi referido a professora 1 (E1) que ministra aulas numa turma do quinto ano e tem 2 estudantes com autismo, ao qual chamaremos de A1 e A2 e a coordenadora (E2). Há ainda estagiárias na escola que atuam, respectivamente, como “Apoio” de cada aluno que possui necessidades específicas durante as aulas de geografia.

6.1 Do ensino da geografia e práticas metodológicas voltadas para o ensino inclusivo

A questão da análise do ensino da disciplina de geografia e a inclusão no processo de ensino e aprendizagem foi realizada de forma minuciosa, pois essa categoria é essencial para nossa pesquisa, tendo em vista que será definido se a referida escola escolhida realmente cumpri o seu papel de educar para todos.

No depoimento, E2 apesar de transmitir uma boa recepção e E1 que foi bastante acolhedora, percebemos que houve momentos sobre o tema abordado que causou desconforto principalmente da E1 em falar sobre as práticas metodológicas, pois faltam materiais para desenvolver as atividades.

Pode-se avaliar que, mesmo com o déficit de recursos, a escola se esforça para realizar a prática de exercícios dinâmicos nas aulas de geografia, como podemos ver na fala da E1 sobre a inclusão durante a aula prática do assunto de climatologia de A1 e A2:

“Durante a aula o A1 estava bastante agitado pois estava ansioso para realizar a atividade proposta em sala de aula, porém quando verifiquei que faltava a tinta da cor

preferida desse estudante em específico fiquei bastante preocupada e logo tinha que pensar em uma outra alternativa.” (E1, 2022)

A partir desse relato vemos a importância da formação do professor, conhecer o TEA e o próprio estudante, e com isso flexibilizar o ensino para que assim seja possível alcançar a inclusão.

Segundo Gómez e Terán (2014), a segregação de qualquer indivíduo só gera um efeito negativo sobre o meio em que ocorre tal situação, e que no caso de autista isso só intensifica os seus sintomas, então as restrições na educação devem ser evitadas. A partir desse contexto é preciso reivindicar pelo direito à melhoria do atendimento aos recursos pedagógicos em sala de aula.

Percebemos durante a aula que a professora utiliza de uma didática bastante dinâmica, oferecendo atividades em grupo e estimulando o desenvolvimento da fala, escrita e visual dos alunos, como também o vínculo afetivo entre os colegas de classe.

Após a aula perguntei como era estruturada a metodologia de ensino. A resposta da E1 foi que existe o plano anual de ensino que todas as disciplinas devem seguir, porém também é autorizado que cada professor organize o planejamento de suas turmas conforme a necessidade. Dessa forma, os planos individuais de ensino também são outros instrumentos de trabalho para as professoras responsáveis pelas salas que têm alunos autistas.

De acordo com o relato da E1, estes planos são desenvolvidos conforme a necessidade de adequação ao plano de ensino anual e de forma singular acolhe cada aluno. Destaca-se ainda a necessidade dos mesmos tanto para desenvolvimento das atividades como para avaliação dos alunos, que devem ser realizadas individualmente e de forma diferente e variada.

Em relação à metodologia de ensino praticada na escola, foi possível identificar que a professora em sala de aula faz um bom trabalho e utiliza bastante do recurso das metodologias ativas. É possível avaliar a criança e identificar seus pontos fortes e seus interesses, assim como as dificuldades, contribuindo assim para o melhor desenvolvimento desses alunos.

No quesito inclusão escolar tanto a (E2) e a (E1) nos seus depoimentos, percebemos que o tipo de planejamento realizado em relação às aulas não é adequado para pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista, pois elas podem se sentir desconfortáveis pelo motivo de não existir uma rotina em seu cotidiano, sendo assim, consideramos um problema que coloca em risco a inclusão desses estudantes.

Do local e do acesso à escola, apesar da (E2) nos informar que o ambiente escolar possui elementos inclusivos como rampas, banheiros com algumas adequações e um pátio para a realização das atividades, a escola possui um sistema de ingresso dificultoso, pois os estudantes precisam primeiro passar por uma espécie de triagem para poder garantir a sua vaga na referida instituição, ainda precisa do laudo médico para o estudante com autismo ter a sua matrícula efetivada.

6.2 Formação específica dos professores

Foi perguntado durante as entrevistas sobre as suas respectivas formações para obtenção de sabermos o nível de conhecimento sobre a temática que estamos abordando. Dessa forma, E2 tem formação em Psicologia e a E1 tem formação em Licenciatura em Geografia. A E2 possui especialização em educação inclusiva, gestão escolar, aplicadora ABA e autismo e a E1 recentemente, após perceber a necessidade em possuir uma pós graduação dentro da sua área de atuação, está terminando o curso de ensino da geografia com ênfase em educação inclusiva.

A perspectiva em comum que observamos foi de que há algumas formações específicas, mas ainda não são suficientes. Tendo em vista que ao analisar as respostas da E2 é perceptível que ainda falta segurança ao falar sobre a temática que estamos abordando. Em relação às observações em sala de aula, o desenvolvimento da transmissão dos conteúdos de geografia é aplicado de forma satisfatória.

Segundo Cunha (2014) o professor deve sempre olhar para seu interior e enxergar os conhecimentos que adquiriu ao longo do processo formativo, e assim relacionar a teoria que recebeu com suas práticas em sala de aula, buscando criar com seus alunos um vínculo afetivo unido juntamente ao processo pedagógico.

Segue a fala da E2 ao questionar sobre as metodologias de ensino utilizadas em sala de aula: “A Geografia pode ser trabalhada de forma concreta, real, sem abstração. Por exemplo, não adianta eu falar de solo em sala e não leva-los até lá fora para identificar e mostrar o que é solo, o que é terra. A nossa metodologia aborda os temas geográficos, mas principalmente aqueles necessários para as Atividades de Vida Diária (AVD's), pois eles se tornam significativos para estas crianças.”

Foi também possível investigar que a E1 e também os Apoios que trabalham auxiliando os estudantes autistas durante as aulas de geografia que o conhecimento adquirido foi construído com a prática vivenciada no cotidiano com os alunos. Essa situação nos faz refletir sobre a problemática da educação continuada dos profissionais da educação.

Ainda sobre o tema da formação dos profissionais que atuam na escola, a E1 informou que a seleção para contratação dos Apoios pela prefeitura do município não tem como critério possuir a licenciatura como formação e que qualquer pessoa sendo estudante de algum curso superior ou graduado pode ser auxiliar do professor.

Diante do exposto, foi possível detectar um grave problema dentro do âmbito escolar. Os professores da educação regular de ensino público ainda não estão tendo a formação adequada para atender ao público dos estudantes com TEA. Através do depoimento da E2, notamos ainda a insegurança ao responder as perguntas sobre o autismo e das técnicas para melhor transmitir os conteúdos.

“A inclusão de alunos autistas no ensino regular ainda é de fato desafiadora, as políticas públicas vigentes não contemplam o quadro geral, para o ensino de aluno com TEA”. (TEODORO et al., 2016)

6.3 Desafios estruturais internos, metodológicos e pedagógicos da instituição

Existe uma grande necessidade em se encontrar recursos didáticos voltados para a inclusão, apesar de na sala de atendimento especializado ter bastante livros a E1 e a E2 em seus relatos pontuaram que a prefeitura demora para atender as demandas de materiais que é solicitado. “Muitas vezes em sala preciso criar uma atividade para incentivar a concentração do aluno e não consigo porque faltam materiais como cola, papel e tesoura para a confecção do trabalho.”

Além dos recursos didáticos é preciso rever algumas instalações da estrutura física da escola que não está sendo cumprida a acessibilidade que a instituição de ensino deve oferecer. A E1 nos respondeu timidamente que existem ventiladores que estavam apresentando problemas e que o A1 ficou agitado durante a aula de geografia com o ruído que estava fazendo o eletrodoméstico. O banheiro para cadeirantes também apresentava problemas e o A2 que havia sofrido um acidente e estava de muletas estava precisando ir no toalete feminino.

Para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educativo.

Nesse sentido, os direitos educacionais devem ser estendidos à pessoa com autismo, conforme garantido na Constituição Federal; em seu Art. 205, em relação à educação como um direito de todos, bem como no Art. 206, inciso I, que estabelece igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Esses direitos também são previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), nos Arts. 58 e 59, que oferecem respaldo para que o ensino

da pessoa com deficiência (e que apresenta necessidades educacionais especiais) seja ministrado no ensino regular, preferencialmente, assim como em decretos e documentos.

Além disso, há direitos previstos no Art. 1º, no § 2º, da Lei nº 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, designando acesso à educação com adaptações razoáveis que contemplem suas necessidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs elaborar uma pesquisa que possa contribuir para o ensino da geografia inclusiva principalmente aos alunos autistas. Diante dos resultados obtidos, concluímos que existem muitos desafios a serem enfrentados tanto pelos alunos quanto pelos educadores.

Desta forma foi-se preciso assistir como ocorre o processo de ensino-aprendizagem destes alunos, qual a metodologia de ensino utilizada pelo professor em sala de aula para alcançar a inclusão e principalmente analisar as dificuldades enfrentadas pelo educador no ensino de Geografia para os alunos autistas.

A ideia da constante busca por novos aprendizados, novas metodologias e novos recursos, deve ser cada vez mais disseminada e incentivada pelos profissionais da educação. No cenário atual, o que conseguimos visualizar é a tentativa de realizar a inclusão nas escolas, onde na realidade, não há incentivos e investimentos para tal, professores com vontade de obter maior conhecimento, mas que vem de uma formação sem capacitação adequada para auxiliar no processo de transformação do meio.

Foi necessário comprovar por meio deste trabalho de conclusão de curso a importância do estudo sobre os desafios no processo de aprendizagem no ensino da geografia e abordar a problemática sobre a inclusão escolar para alunos autistas. Logo, é preciso observar a relevância do conteúdo do que cada capítulo apresentado quer transmitir.

Pela observação dos aspectos analisados dos resultados e discussões deste trabalho foi possível concluir que ocorreu o cumprimento do objetivo geral tendo em vista que a atividade da pesquisa prática em campo buscou investigar qual o papel do professor no processo de inclusão de um estudante com TEA na disciplina de Geografia que está matriculado na rede pública de ensino, como também explorou os objetivos específicos apresentados na primeira seção da introdução do trabalho.

Ademais, durante a leitura do referencial teórico e das seções de metodologia e dos resultados do estudo realizado foi encontrado a resposta para o problema de pesquisa sendo a falta de recursos às instituições de ensino na formação continuada dos professores e o desafio da inclusão no processo de ensino e aprendizagem para alunos autistas.

As categorias apresentadas na seção dos resultados foram avaliadas como importante objeto de comprovação do estudo discutido a partir da análise de conteúdo baseado na metodologia de Bardin por meio das entrevistas e da observação em sala de aula.

Em vista dos argumentos apresentados, conclui-se, portanto, que a presente monografia conseguiu alcançar resultados capazes de contribuir com a sociedade civil e com a comunidade científica acadêmica trazendo melhorias para a educação brasileira e

direcionamentos futuros para a inclusão das pessoas com autismo no ambiente escolar.

Aos professores de geografia salientamos a relevância de construir uma educação acessível e acolhedora aos estudantes com necessidades específicas, da urgência em buscar se especializar na área de educação inclusiva e de ter o entendimento sobre o Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

- _____. Marcos Históricos: Autismo e realidade. **Fundação José Luiz Egydio Setúbal**. 2020. Disponível em: https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/?gclid=EAIaIQobChMI2_3m-viL-wIVW0FIAB1U6wS5EAAYASAAEgI9m_D_BwE. Acesso em: 10 set, 2022
- ASPERGER, Hans; FRITH, Uta Trans. **Autistic psychopathy'in childhood**. 1994. Edição 1991.
- ANDRADE, S. S. **O lúdico na vida e na escola: desafios metodológicos**. Curitiba: Appris, 2013. p.6
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRAGA, Wilson Candido. **Autismo azul e de todas as cores: guia básico para pais profissionais**- São Paulo: Paulinas, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1988.
- BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] república Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez. de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. São Paulo, no 28, v. 1, p.47-53, 2006.
- BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência). 1. ed. Brasília: S. N., Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 03 ago, 2022.
- CAMPELO, Lílian Dantas. et al. Autismo: um estudo de habilidades comunicativas em crianças. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 11, n. 4. p. 598-606. Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151618462009000800008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2022
- CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- COSTA, Maria Antonia Ramos. **Autismo: a difícil inclusão escolar**, Curitiba: CRV, 2020.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.
- CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 5. ed. Rio de janeiro: Wak Ed., 2014.
- EDITION, Fifth et al. Diagnostic and statistical manual of mental disorders. **Am Psychiatric Assoc**, v. 21, n. 21, p. 591-643, 2013.
- FILHO, José Ferreira Belisário; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

GIARDINETTO, A. R. S. B. **Educação do aluno com autismo**: um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional. UNESP - Marília, 2009

GIARDINETTO, Andréa R. dos S. B. **Comparando a interação social de crianças autistas**: as contribuições do programa Teacch e do currículo funcional natural. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

GOLDBERG, K.A **percepção do professor acerca do seu trabalho com crianças portadoras de autismo e síndrome de Down**: um estudo comparativo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Ed. Grupo Cultural, 2014

INEP. **Censo da educação básica**: 2012 – resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

KANNER, Leo et al. Autistic disturbances of affective contact. In: **Nervous child**, v. 2, n. 3, p. 217-250, 1943.

KARAGIANNIS, Anastasios; STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. Fundamentos do Ensino Inclusivo. In: STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. Cap. 1. p. 21-34.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, (Coleção cotidiano escolar) 2003.

MELO, A. Á.; SAMPAIO, A. C. F. Educação inclusiva e formação de professores de geografia: primeiras notas. **Caminhos de Geografia** - Revista Online, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 124-130. Dez, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15622>. Acesso em: 20 set.2022

MERCADANTE, Marcos Tomanik; ROSÁRIO, Maria Conceição do. **Autismo e Cérebro Social**. 1ª edição. São Paulo: Segmento Farma, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: Pequena História Crítica. 12ª Edição – São Paulo: Huciteg, 1993.

OLIVEIRA, B.D.C. **Análise das políticas públicas brasileiras para o autismo**: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. 143 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. ONU,1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Acesso em: 04 ago. 2022.

PONTUSCHKA, N. N; PAGANELLI, I. T; CACETE, H. N. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3.ª edição – São Paulo: Cortez, 2009.

PRAÇA, Élide Tamara Prata de Oliveira. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Matemática, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-E-lida.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

RIVIÈRE, A. O desenvolvimento e a educação de crianças autistas. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, v.3, 1995.

TENENTE, L. B. **A visão da escola sobre a inclusão de crianças com autismo**. 190 f. 2017.

Dissertação (Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, M. M. F; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WING, Lorna; GOULD, Judith. Severe impairments of social interaction and associated abnormalities in children: Epidemiology and classification. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 9, n. 1, p. 11-29, 1979.